

PALÁCIO DO PLANALTO, BRASÍLIA, DF, 5 DE SETEMBRO DE 1997

*Senhor Ministro da Justiça, Senador Iris Resende; Senhor Secretário Nacional dos Direitos Humanos, Doutor José Gregori; Senhores Membros da Coordenadoria Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência; Meu caro aluno Tiago Barros Moreira; Senhoras e Senhores,*

O Senador Iris Resende e o Doutor José Gregori já expressaram – e o fizeram melhor do que eu sou capaz de fazer – a razão pela qual nós estamos aqui, nesta Semana da Pátria, num ato singelo, mas expressivo, não apenas assinando alguns decretos, como tendo a presença daqueles que têm lutado pela igualdade de acesso e de direito aos portadores de deficiência.

Convenceu-me ver o Tiago Barros lendo e manifestando que nós estamos preocupados com a questão dos deficientes. Alguma vez, há muitos anos, eu recebi um livro em braile. Era um livro meu mesmo. Um manual, um livro chamado *Homem em sociedade*, que eu escrevi com o Professor Otávio Ianni. Naquele momento, eu senti, realmente, a importância do braile e do esforço para que alguém possa ler. Devo dizer que senti uma emoção muito forte, ao ver que um manual tinha

sido publicado em braile, um livro de sociologia foi publicado em braile. Só os que têm essa experiência, como tivemos agora, de ver o que significa o braile, a capacidade de alguém que foi privado da visão de poder ler, é que imaginam, na simplicidade desse ato, tudo o que está por trás dele, o conteúdo simbólico que está por trás disso.

Nosso país ainda tem muita desigualdade. Nosso país ainda não foi capaz de dar àqueles que são minorias, que necessitam de um apoio mais efetivo do conjunto da sociedade, as condições para que elas se sintam realmente integradas.

Mas nós estamos mudando. O Ministro Iris Resende mencionou o esforço do Doutor José Gregori, que, certamente, não é um esforço solitário. Há muitas outras pessoas. E, ao me referir a ele, como fez também o Ministro Iris, nós estamos estendendo o nosso agradecimento a todos aqueles que têm colaborado, para que possamos mudar a situação, no Brasil, dos que necessitam de um apoio da sociedade, porque são portadores de deficiência.

Não é com prazer que digo que temos um programa de apoio às pessoas portadoras de deficiência que não têm recurso de família, uma renda mínima de família. Não é com prazer que eu registro que o número é espantoso. E nós, nas nossas estatísticas, registramos o crescimento do dispêndio do Governo com uma pequena ajuda nessa matéria, o que mostra que é importante que o Brasil desperte para ver que nós temos um dever de, enfim, dar condições melhores, porque há uma parcela considerável da população brasileira que é portadora de deficiência. E ser portador de deficiência não pode ser um fator de exclusão, qualquer que seja a deficiência. Há muitos modos pelos quais se pode integrar essa parcela da população à atividade produtiva, à cidadania, ao bem-estar.

Ainda somos descuidados nesse aspecto. Basta comparar com países que conseguiram avançar mais nessa matéria para ver que o caminho a ser trilhado é longo. Mas nós estamos começando a trilhá-lo. E, se outra razão não houvesse para estarmos aqui juntos, é para dizer ao País que o Presidente da República e o Governo estão apenas expressando alguma coisa que, lá embaixo, é feito por milhares de pessoas que lutam,

para que haja maior igualdade no nosso país, para que essas pessoas portadoras de deficiência tenham condições de uma plena participação na cidadania, para que as famílias tenham algum apoio e para que possamos marchar nessa direção.

Desde que assumi o Governo, temos tentado mostrar, na Semana da Pátria, que direitos humanos são parte constitutiva da democracia. E direito humano significa ampliação da participação, limitação da exclusão social. Exclusão social se faz em vários níveis. Um deles são os portadores de deficiência. Mas não é o único. Há muitos outros níveis em que se deve colocar a questão da necessidade de incluir aqueles que estão fora dos direitos assegurados, muitas vezes, pela lei, mas que, pelas condições sociais e econômicas, ainda não têm plena vigência. Então, nós temos, desde que assumi o Governo, durante a Semana da Pátria, também manifestado o nosso apoio concreto às questões de direitos humanos.

Hoje, além deste ato simples, aqui, no Palácio do Planalto, pude assinar algumas medidas legais que vão facilitar, também, pelo menos no caso específico daqueles que foram perseguidos políticos, uma reparação moral às famílias das vítimas e, portanto, à memória das vítimas. Hoje isso, no Brasil, já não constitui novidade. Desde que nós aprovamos uma lei que permitiu essa reconciliação nacional, que é muito importante, temos cuidado ativamente da questão.

Mas assinei também medidas que dizem respeito à continuação do combate ao trabalho escravo. No dia 7 de setembro, nós vamos ver, também, o esforço que está sendo feito para tirar as crianças do trabalho penoso. E algumas dessas crianças, a quem temos distribuído bolsas para tirá-las do trabalho nos canaviais, no sisal, nas carvoarias, estarão aqui, em Brasília, para testemunhar e para chamar a atenção do País para a necessidade de, em conjunto, evitarmos que as crianças brasileiras sejam submetidas a formas de trabalho que não são adequadas para as crianças e, quanto possível, para que as crianças não tenham que trabalhar e, portanto, estejam nas escolas, que é o objetivo maior do nosso país: toda criança na escola.

Ao mesmo tempo, estamos assinando alguns atos que dizem respeito à proteção das testemunhas, que é outra matéria extremamente deli-

cada e de complexidade no que diz respeito, também, às condições legais em que isso pode ser feito, assim como em que condições é possível minorar a pena daqueles que se dispõem a alguma forma de cooperação contra crimes hediondos, crimes de drogas, etc.

Enfim, são demonstrações de que o País está, crescentemente, entendendo que cidadania e direitos humanos são, no fundo, a mesma coisa e que um país que cresce, que se desenvolve, não pode, simplesmente, desenvolver só o lado econômico, mas tem que olhar para a pessoa humana, tem que olhar para as condições concretas de vida. As coisas não são separadas. Não haverá possibilidade de melhorar a vida, se não houver crescimento econômico. Mas crescimento econômico sem olhar para a pessoa é um crescimento que só serve àqueles que já não precisam de apoio. Nós temos que fundir, numa mesma atitude, num mesmo processo, a questão do crescimento econômico com a questão dos direitos humanos e dos direitos sociais. Não serão as únicas medidas. Durante todo o tempo, o Governo está buscando mecanismos que orientem o conjunto da cidadania no sentido da integração.

Nós estamos, no Congresso, discutindo um projeto relativo à gratuidade do registro civil. Espero que o Congresso chegue a bom termo nas negociações. Eu não quis assinar medidas provisórias de matéria que está sendo debatida pelo Congresso e que tem condições de ser resolvida no Congresso. Mas o empenho do Ministério da Justiça continua sendo o mesmo, e o do Governo, portanto, continua sendo o mesmo, para que possamos assegurar a gratuidade no registro civil. Coisas pequenas, dir-se-á. Mas é dessas coisas pequenas que o povo vive. São coisas que, muitas vezes, parecem não ter importância do ponto de vista macro, do ponto de vista de quem olha o País no seu todo, nas estruturas gerais, mas ninguém vive nas estruturas, vive no dia-a-dia, nas dificuldades pequenas que se enfrentam, que não são pequenas. Às vezes, para cada um de nós, são dificuldades enormes e que precisam, muitas vezes, aí, sim, de uma pequena medida que possa facilitar essa caminhada.

Quero terminar agradecendo a presença de todos aqui, agradecendo as palavras do Ministro Iris Resende, do Dr. José Gregori, dizendo que

eu tenho plena confiança de que o Ministério da Justiça, no caminho que está trilhando, de transformar-se no Ministério da Cidadania, sem prejuízo de suas outras funções, ajudará o Governo e o Brasil a fazer aquilo que todos queremos: tornar este país um país melhor para cada um de nós, qualquer que seja a nossa condição, qualquer que seja a nossa cor, a nossa classe, não aceitando nenhuma forma de discriminação. Na Semana da Pátria, eu creio que mensagem maior não pode existir do que esta: nós precisamos de solidariedade, precisamos sentir que a Pátria é cada um de nós.

Poderia até terminar com um famoso verso do Vinicius de Moraes, que é a coisa mais bonita que eu já vi sobre a Pátria, em que ele trata a Pátria como se fosse uma pessoa querida: patriazinha, Pátria amada, Pátria minha. E faz um discurso sobre a Pátria, que não é grande, é eloqüente, e que diz, simplesmente, que viver na Pátria, sentir-se ligado à Pátria é como se estivesse se sentindo bem com uma pessoa, amando essa pessoa. Amar a Pátria é a capacidade de sentir, com emoção, o dia-a-dia de cada um dos que vivem neste país.

Muito obrigado.

